

# O Sentimento da Infância

## 1

### As Idades da Vida

Um homem do século XVI ou XVII ficaria espantado com as exigências de identidade civil a que nós nos submetemos com naturalidade. Assim que nossas crianças começam a falar, ensinamos-lhes seu nome, o nome de seus pais e sua idade. Ficamos muito orgulhosos quando Paulinho, ao ser perguntado sobre sua idade, responde corretamente que tem dois anos e meio. De fato, sentimos que é importante que Paulinho não erre: que seria dele se esquecesse sua idade? Na savana africana a idade é ainda uma noção bastante obscura, algo não tão importante a ponto de não poder ser esquecido. Mas em nossas civilizações técnicas, como poderíamos esquecer a data exata de nosso nascimento, se a cada viagem temos de escrevê-la na ficha de polícia do hotel, se a cada candidatura, a cada requerimento, a cada formulário a ser preenchido, e Deus sabe quantos há e quantos haverá no futuro, é sempre preciso recordá-la. Paulinho dará sua idade na escola e logo se tornará Paulo N. da turma x.

Quando arranjar seu primeiro emprego, junto com sua carteira de trabalho, receberá um número de inscrição que passará a acompanhar seu nome. Ao mesmo tempo, e até mesmo mais do que Paulo N., ele será um número, que começará por seu sexo, seu ano e mês de nascimento. Um dia chegará em que todos os cidadãos terão seu número de registro: esta é a meta dos serviços de identidade. Nossa personalidade civil já se exprime com maior precisão através de nossas coordenadas de nascimento do que através de nosso sobrenome. Este, com o tempo, poderia muito bem não desaparecer, mas ficar reservado à vida particular, enquanto um número de identidade, em que a data de nascimento seria um dos elementos, o substituiria para o uso civil. Na Idade Média, o primeiro nome já fora considerado uma designação muito imprecisa, e foi necessário completá-lo por um sobrenome de família, muitas vezes um nome de lugar. Agora, tornou-se conveniente acrescen-

tar uma nova precisão, de caráter numérico, a idade. O nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome pertence ao mundo da tradição. A idade, quantidade legalmente mensurável com uma precisão quase de horas, é produto de outro mundo, o da exatidão e do número. Hoje, nossos hábitos de identidade civil estão ligados ao mesmo tempo a esses três mundos.

Entretanto, existem documentos que nos comprometem seriamente, que nós mesmos redigimos, mas cuja redação não exige a indicação da data de nascimento. De gêneros bastante diferentes, esses documentos podem ser títulos de comércio, letras de câmbio ou cheques, ou ainda testamentos. Todos eles, porém, foram inventados em épocas muito remotas, antes que o rigor da identidade moderna se introduzisse nos costumes. A inscrição do nascimento nos registros paroquiais foi imposta aos párocos da França por Francisco I. Para que fosse respeitada, foi preciso que essa medida, já prescrita pela autoridade dos concílios, fosse aceita pelos costumes, que durante muito tempo se mantiveram avessos ao rigor de uma contabilidade abstrata. Acredita-se que foi somente no século XVIII que os párocos passaram a manter seus registros com a exatidão ou a consciência de exatidão que um Estado moderno exige de seus funcionários de registro civil. A importância pessoal da noção de idade deve ter-se afirmado à medida que os reformadores religiosos e civis a impuseram nos documentos, começando pelas camadas mais instruídas da sociedade, ou seja, no século XVI, aquelas camadas que passavam pelos colégios. Nas memórias dos séculos XVI e XVII que consultei para reconstituir alguns exemplos de escolaridade,<sup>1</sup> não é raro encontrar no início da narrativa a idade ou a data e o lugar de nascimento do narrador. Em certos casos, a idade chega a tornar-se objeto de uma atenção especial. É inscrita nos retratos como um sinal suplementar de individualização, de exatidão e de autenticidade. Em numerosos retratos do século XVI, encontramos inscrições do gênero: *Aetatis suae 29* — o vigésimo nono ano de sua idade, com a data da pintura ANDNI 1551<sup>2</sup> (retrato de Jean Fernaguut, por Pourbus, Bruges).<sup>2</sup> Nos retratos de personagens ilustres, nos retratos da corte, essa referência em geral está ausente; ela subsiste seja sobre a tela, seja sobre a moldura antiga dos retratos de família, ligada a um simbolismo familiar. Um dos exemplos mais antigos talvez seja o admirável retrato de Margaretha Van Eyck: no alto, *co(n)iux m(eus)s John(hann)es me c(om) plevit an(n)o 1439<sup>o</sup>, 17 Junii* (quanta precisão: meu marido me pintou em 17 de junho de 1439); e embaixo: *Aetas mea triginta trium an(n)orum*, 33 anos. Muitas vezes esses retratos do século XVI formam pares: um representa a mulher, e o outro, o marido. Os dois trazem a mesma data, repetida portanto duas vezes, ao lado da idade de cada um dos cônjuges: as duas telas de Pourbus representando Jean Fernaguut e sua mulher, Adrienne de Buc,<sup>3</sup> trazem a mesma indicação: *Anno Domini 1551*; no retrato do homem lê-se *Aetatis suae 29*, e, no da mulher, *19*. Há casos também em que os retratos do marido e da mulher se acham reunidos na mesma tela, como o retrato dos Van Gindertaelen atribuído a Pourbus, em que o casal é representado junto com seus dois filhi-

<sup>1</sup>Ver parte II, cap. 4.

<sup>2</sup>Exposição da Orangerie, "O Retrato na Arte Flamenga", Paris, 1952, n<sup>o</sup> 67, n<sup>o</sup> 18.

<sup>3</sup>*Op. cit.*, n<sup>as</sup> 67 e 68.

nhos. O marido traz uma das mãos no quadril e apoia a outra no ombro da mulher. As duas crianças brincam a seus pés. A data é 1559. Do lado do marido, aparecem suas armas com a inscrição *aetus an. 27*, e, do lado da mulher, as armas de sua família e a inscrição *Aetatis, mec. 20*.<sup>4</sup> Esses dados de identidade civil assumem às vezes o papel de uma verdadeira fórmula epigráfica, como no quadro de Martin de Voos, datado de 1572, que representa Antoon Anselme, um magistrado de Antuérpia, sua mulher e seus dois filhos.<sup>5</sup> Os dois cônjuges estão sentados dos lados opostos de uma mesa, um segurando o menino, e o outro, a menina. Entre suas cabeças, no alto e no meio da tela, aparece uma bela faixa de pergaminho, cuidadosamente ornamentada, com a seguinte inscrição: *concordi ae antonii anselmi et johannae Hoofmans feliciq: propagini, Martino de Vos pictore, DD natus est ille ann MDXXXVI die IX febr uxor ann MDLV D XVI decembr liberi ä Aegidius ann MDLXXV XXI Augusti Johanna ann MDLXVI XXVI septembr*. Essa inscrição sugere o motivo que inspirava essa epigrafia: ela parece estar ligada ao sentimento da família e a seu desenvolvimento na época.

Esses retratos de família datados eram documentos de história familiar, como o seriam três ou quatro séculos mais tarde os álbuns de fotografias. Frutos desse mesmo espírito eram os diários de família, onde eram anotados, além das contas, os acontecimentos domésticos, os nascimentos e as mortes. Nesses diários se uniam a preocupação com a precisão cronológica e o sentimento familiar. Tratava-se menos das coordenadas do indivíduo do que das dos membros da família: as pessoas sentiam necessidade de dar à vida familiar uma história, datando-a. Essa curiosa preocupação em datar não aparecia apenas nos retratos, mas também nos objetos e na mobília. No século XVII, generalizou-se o hábito de gravar ou pintar uma data nas camas, nos cofres, baús, armários, nas colheres ou nos copos de cerimônia. A data correspondia a um momento solene da história familiar, geralmente um casamento. Em certas regiões, na Alsácia, na Suíça, na Áustria e na Europa central, os móveis do século XVII ao XIX, especialmente os móveis pintados, eram datados, trazendo também o nome de seus dois proprietários. Observei no museu de Thun, entre outras, a seguinte inscrição sobre um baú: "Hans Bischof — 1709 — Elizabeth Mislser." Às vezes, as pessoas se contentavam com suas iniciais de cada lado da data, a data do casamento. Esse costume seria muito difundido na França, e só desapareceria no fim do século XIX: um pesquisador do Museu de Artes e Tradições Populares<sup>6</sup> descobriu, por exemplo, a seguinte inscrição num móvel da região da Haute-Loire: 1873 LT JV. A inscrição das idades ou de uma data num retrato ou num objeto correspondia ao mesmo sentimento que tendia a dar à família maior consistência histórica.

Esse gosto pela inscrição cronológica, embora tenha subsistido até meados do século XIX, pelo menos entre as camadas médias, desapareceu rapidamente na cidade e na corte, onde foi logo considerado ingênuo e provinciano. A partir de meados do século XVII, as inscrições tenderam a desaparecer dos quadros (podiam ser encontradas ainda, mas em pintores

<sup>4</sup>*Op. cit.*, nº 71.

<sup>5</sup>*Op. cit.*, nº 93.

<sup>6</sup>Museu de Artes e Tradições Populares. Exposição de 1953, nº 778.

de província ou provincializantes). A bela mobília da época era assinada, ou, quando data-  
da, era-a discretamente.

Apesar dessa importância que a idade adquiriu na epigrafia familiar no século XVI, subsistiram nos costumes curiosos resquícios do tempo em que era raro e difícil uma pessoa lembrar-se de sua idade. Observei acima que nosso Paulinho sabe sua idade desde o momento em que começa a falar. Sancho Pança não sabia exatamente a idade de sua filha, a quem, entretanto, amava muito: "Ela pode ter 15 anos, ou dois anos a mais ou a menos. Mas é alta como uma lança e fresca como uma manhã de abril..."<sup>7</sup> Tratava-se de um homem do povo. No século XVI, e mesmo nas categorias escolarizadas em que se observaram mais cedo hábitos de precisão moderna, as crianças sem dúvida sabiam sua idade; mas um hábito muito curioso de boas maneiras obrigava-as a não confessá-la claramente e a responder com certas reservas. Quando o humanista e pedagogo Thomas Platter, natural do Valais, conta a história de sua vida,<sup>8</sup> diz com bastante precisão quando e onde nasceu, mas se considera obrigado a envolver o fato numa prudente paráfrase: "E, para começar, não há nada que eu possa garantir menos do que a época exata de meu nascimento. Quando tive a ideia de me informar sobre a data de meu nascimento, responderam-me que eu tinha vindo ao mundo em 1499, no domingo da Quinquagésima, no exato momento em que os sinos chamavam para a missa." Curiosa mistura de incerteza e rigor. Na verdade, não se deve tomar essa reserva ao pé da letra: trata-se de uma reserva de praxe, lembrança de um tempo em que não se sabia jamais uma data exata. O surpreendente é que essa reserva se tivesse tornado um hábito de boas maneiras, pois era assim que convinha dizer a própria idade a um interlocutor. Nos diálogos de Cordier,<sup>9</sup> dois meninos se interrogam na escola, durante o recreio: "Quantos anos você tem? — Treze anos, como ouvi minha mãe dizer." Mesmo quando os hábitos de cronologia pessoal eram aceitos pelos costumes, eles não chegavam a se impor como um conhecimento positivo, e não dissipavam de imediato a antiga obscuridade da idade, que subsistiu ainda algum tempo nos hábitos de civilidade.

As "idades da vida" ocupam um lugar importante nos tratados pseudocientíficos da Idade Média. Seus autores empregam uma terminologia que nos parece puramente verbal: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade — cada uma dessas palavras designando um período diferente da vida. Desde então, adotamos algumas dessas palavras para designar noções abstratas como puerilidade ou senilidade, mas estes sentidos não estavam contidos nas primeiras acepções. De fato, tratava-se originalmente de uma terminologia erudita, que com o tempo se tornou familiar. As "idades", "idades da vida" ou "idades do homem" correspondiam no espírito de nossos ancestrais a noções positivas, tão conhecidas, tão repetidas e tão usuais, que passaram do domínio da ciência ao da experiência comum. Hoje em dia não temos mais ideia da importância da noção de idade nas antigas representações do mundo. A idade do homem era uma categoria científica da mesma ordem que o peso ou a velocidade o são para nossos contemporâneos. Pertencia a um

<sup>7</sup>Dom Quixote, parte II, cap. 13.

<sup>8</sup>Vie de Thomas Platter [o velho], Lausanne, ed. E. Fick, 1895.

<sup>9</sup>Mathurin Cordier, Les Colloques, Paris, 1586.

sistema de descrição e de explicação física que remontava aos filósofos jônicos do século VI a.C., que fora revivido pelos compiladores medievais nos escritos do Império Bizantino, e que ainda inspirava os primeiros livros impressos de vulgarização científica no século XVI. Não tencionamos determinar aqui sua formulação exata e seu lugar na história das ciências. Importa-nos apenas perceber em que medida essa ciência se havia tornado familiar, seus conceitos haviam passado para os hábitos mentais, e o que ela representava na vida quotidiana. Compreenderemos melhor o problema examinando a edição de 1556<sup>10</sup> *Le Grand Propriétaire de toutes choses*. Tratava-se de uma compilação latina do século XIII, que retomava todos os dados dos escritores do Império Bizantino. Considerou-se oportuno traduzi-la para o francês e dar-lhe, através da impressão, uma maior difusão: essa ciência antigo-medieval era portanto, em meados do século XVI, objeto de vulgarização. *Le Grand Propriétaire de toutes choses* é uma enciclopédia de todos os conhecimentos profanos e sacros, uma espécie de Grand-Larousse, mas que teria uma concepção não analítica e traduziria a unidade essencial da natureza e de Deus. Uma física, uma metafísica, uma história natural, uma fisiologia e uma anatomia humanas, um tratado de medicina e de higiene, uma astronomia e ao mesmo tempo uma teologia. Vinte livros tratam de Deus, dos anjos, dos elementos, do homem e de seu corpo, das doenças, do céu, do tempo, da matéria, do ar, do fogo, dos pássaros etc. O último livro é consagrado aos números e às medidas. Havia também nesses livros algumas receitas práticas. Uma ideia geral emanava da obra, ideia erudita que logo se tornou extremamente popular: a ideia da unidade fundamental da natureza, da solidariedade existente entre todos os fenômenos da natureza, que não se separam das manifestações sobrenaturais. A ideia de que não havia oposição entre o natural e o sobrenatural pertencia ao mesmo tempo às crenças populares herdadas do paganismo, e a uma ciência tanto física quanto teológica. Eu diria que essa concepção rigorosa da unidade da natureza deve ser considerada responsável pelo atraso do desenvolvimento científico, muito mais do que a autoridade da Tradição, dos Antigos ou da Escritura. Nós só agimos sobre um elemento da natureza quando admitimos que ele é suficientemente isolável. A partir de um certo grau de solidariedade entre os fenômenos, tal como postula o *Le Grand Propriétaire*, não é mais possível intervir sem provocar reações em cadeia, sem destruir a ordem do mundo: nenhuma das categorias do cosmo dispõe de uma autonomia suficiente, e nada pode ser feito contra o determinismo universal. O conhecimento da natureza limita-se então ao estudo das relações que comandam os fenômenos através de uma mesma causalidade — um conhecimento que prevê, mas que não modifica. Não há meio de fugir a essa causalidade, exceto através da magia ou do milagre. Uma mesma lei rigorosa rege ao mesmo tempo o movimento dos planetas, o ciclo vegetativo das estações, as relações entre os elementos, o corpo humano e seus humores, e o destino do homem: assim, a astrologia permite conhecer as incidências pessoais desse determinismo universal. Ainda em meados do século XVII, a prática da astrologia era bastante difundida para que Molière, esse espírito cético, a tomasse por alvo de suas caçadas em *Les Amants Magnifiques*.

<sup>10</sup> *Le Grand Propriétaire de toutes choses, très utile et profitable pour tenir le corps en santé*, por B. de Glanville, traduzido para o francês por Jean Corbichon, 1556.

A correspondência dos números aparecia então como uma das chaves dessa solidariedade profunda; o simbolismo dos números era familiar, encontrava-se ao mesmo tempo nas especulações religiosas, nas descrições de física, de história natural, e nas práticas mágicas. Por exemplo, havia uma correspondência entre o número dos elementos, o dos temperamentos do homem e o das estações: o número 4. Para nós é difícil imaginar essa concepção formidável de um mundo maciço, do qual se perceberiam apenas algumas correspondências. A ciência havia permitido formular as correspondências e definir as categorias que elas ligavam. Mas essas correspondências, com o passar dos séculos, tinham deslizado do domínio da ciência para o do mito popular. Essas concepções nascidas na Jônia do século VI com o tempo haviam sido adotadas pela mentalidade comum, e as pessoas representavam o mundo dessa forma. As categorias da ciência antigo-medieval se haviam tornado familiares: os elementos, os temperamentos, os planetas e seu sentido astrológico, e o simbolismo dos números.

As idades da vida eram também uma das formas comuns de conceber a biologia humana, em relação com as correspondências secretas internaturais. Essa noção, destinada a se tornar tão popular, certamente não remontava às belas épocas da ciência antiga. Pertencia às especulações dramáticas do Império Bizantino, ao século VI.<sup>11</sup> Fulgêncio a percebia oculta na *Eneida*: detectava no naufrágio de Enéias o símbolo do nascimento do homem em meio às tempestades da existência. Interpretava os cantos II e III como a imagem da infância ávida de narrativas fabulosas, e assim por diante. Um afresco da Arábia do século VIII já representava as idades da vida.<sup>12</sup>

Os textos da Idade Média sobre esse tema são abundantes. *Le Grand Propriétaire de toutes choses* trata das idades em seu livro VI. Aí, as idades correspondem aos planetas, em número de 7: “A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes, como dizem Isidoro e Constantino. Após a infância, vem a segunda idade... chama-se *pueritia* e é assim chamada porque nessa idade a pessoa é ainda como a menina do olho, como diz Isidoro, e essa idade dura até os 14 anos.”

“Depois segue-se a terceira idade, que é chamada de adolescência, que termina, segundo Constantino em seu viático, no vigésimo primeiro ano, mas, segundo Isidoro, dura até 28 anos... e pode estender-se até 30 ou 35 anos. Essa idade é chamada de adolescência porque a pessoa é bastante grande para procriar, disse Isidoro. Nessa idade os membros são moles e aptos a crescer e a receber força e vigor do calor natural. E por isso a pessoa cresce nessa idade toda a grandeza que lhe é devida pela natureza. [O crescimento, no entanto, termina antes dos 30 ou 35 anos, e até mesmo antes dos 28. Certamente devia ser ainda menos tardio numa época em que o trabalho precoce mobilizava mais cedo as reservas do organismo.]

“Depois segue-se a juventude, que está no meio das idades, embora a pessoa aí esteja na plenitude de suas forças, e essa idade dura até 45 anos, segundo Isidoro; ou até 50, segundo

<sup>11</sup> Comparetti, *Virgile nel m. e.*, tomo I, 14-155.

<sup>12</sup> Kuseir Amra. Cf. Van Marle, *Iconographie de l'art profane*, 1932, t. II, p. 144.

os outros. Essa idade é chamada de juventude devido à força que está na pessoa, para ajudar a si mesma e aos outros, disse Aristóteles. Depois segue-se a senectude, segundo Isidoro, que está a meio caminho entre a juventude e a velhice, e Isidoro a chama de gravidade, porque a pessoa nessa idade é grave nos costumes e nas maneiras; e nessa idade a pessoa não é velha, mas passou a juventude, como diz Isidoro. Após essa idade segue-se a velhice, que dura, segundo alguns, até 70 anos, e segundo outros, não tem fim até a morte. A velhice, segundo Isidoro, é assim chamada porque as pessoas velhas já não têm os sentidos tão bons como já tiveram, e caducam em sua velhice... A última parte da velhice é chamada *senies* em latim, mas em francês não possui outro nome além de *vieillesse*... O velho está sempre tossindo, escarrando e sujando [ainda estamos do nobre ancião de Greuze e do Romantismo], até voltar a ser a cinza da qual foi tirado.”

Embora hoje em dia possamos achar esse jargão vazio e verbal, ele tinha um sentido para seus leitores, um sentido próximo do da astrologia: ele evocava o laço que unia o destino do homem aos planetas. O mesmo gênero de correspondência sideral havia inspirado uma outra periodização, ligada aos 12 signos do zodíaco, relacionando assim as idades da vida com um dos temas mais populares e mais comoventes da Idade Média, sobretudo gótica: as cenas do calendário. Um poema do século XIV várias vezes reimpresso nos séculos XV e XVI desenvolve esse calendário das idades:<sup>13</sup>

*Les six premiers ans que vit l'homme au monde  
Nous comparons à janvier droitement,  
Car en ce mois vertu ne force habonde  
Ne plus que quant six ans ha ung enfant.\**

Ou, segundo a versão do século XV:

*Les autres VI ans la font croistre...  
Aussi fait février tous les ans  
Qu'enfin se trait sur le printemps...  
Et quand les ans a XVIII  
Il se change en tel deduit  
Qu'il cuide valoir mille mors  
Et aussi se change li mars  
En beauté et reprend chalour...  
Du mois qui vient après septembre  
Qu'on appelle mois d'ottembre,  
Qu'il a LX ans et non plus  
Lors devient vieillard et chenu  
Et'a donc lui doit souvenir  
Que le temps le mène mourir.\*\**

<sup>13</sup>Grant *Kalendrier et compost des bergiers*, edição de 1500, apud J. Morawski, *Les douze mois figurez*. *Archivum romanicum*, 1926, pp. 351 a 363.

\*“Os seis primeiros anos que o homem vive no mundo, / a janeiro com razão os comparamos, / pois nesse mês nem força nem virtude abundam, / não mais do que quando uma criança tem seis anos.” (N. T.)

\*\*“Os outros seis anos fazem-na crescer... / Assim também faz fevereiro todos os anos, / O qual, enfim, conduz à primavera... / E quando a pessoa faz 18 anos, / Ela se modifica de tal forma / Que pensa valer mil pedaços / Assim também o mês de março / Se transforma em beleza e readquire calor... / No mês que vem depois de setembro / E que chamamos de outubro, / a pessoa tem 60 anos e não mais. / Então ela se torna velha e encarquilhada, / E se lembra de que o tempo a leva a morrer.” (N. T.)

Ou ainda este poema do século XIII:<sup>14</sup>

Véez yci le mois de janvier  
 A deux visages le premier.<sup>15</sup>  
 Pour ce qu'il regarde à deux tems  
 C'est le passé et le venant.  
 Ainsy l'enfant, quand à vescu  
 Six ans ne peut guère valoir  
 Car il n'a guère de scavoir.  
 Mais l'on doit mettre bonne cure  
 Qu'il prenne bonne nourriture  
 Car qui n'a bon commencement  
 A tard a bon deffinement...  
 En octobre après venant  
 Doit hom semer le bon froment  
 Duquel doit vivre tout li mons;  
 Ainsi doit faire le preudoms  
 Qui est arrivé à LX ans:  
 Il doit semer aux jeunes gens  
 Bonnes paroles par exemple  
 Et faire aumône, si me semble.\*

Da mesma natureza ainda, era a correspondência entre as idades da vida e os outros "quatro": *consensus quatuor elementorum, quatuor humorum* (os temperamentos), *quatuor anni temporum et quatuor vitae aetatum*.<sup>16</sup> Em torno de 1265, Philippe de Novare já falava nos *III temz d'aage d'ome*,<sup>17</sup> ou seja, quatro períodos de 20 anos. E essas especulações continuaram a se repetir nos textos até o século XVI.<sup>18</sup>

É preciso ter em mente que toda essa terminologia que hoje nos parece tão oca traduzia noções que na época eram científicas, e correspondia também a um sentimento popular e comum da vida. Aqui também esbarramos em grandes dificuldades de interpretação, pois hoje em dia não possuímos mais esse sentimento da vida: consideramos a vida como um fenômeno biológico, como uma situação na sociedade, sim, mas não mais que isso. Entretanto, dizemos "é a vida" para exprimir ao mesmo tempo nossa resignação e nossa convicção de que existe, fora do biológico e do sociológico, alguma coisa que não tem nome, mas que nos comove, que procuramos nas notícias corriqueiras dos jornais, ou sobre a qual podemos dizer "isto tem vida". A vida se torna então um drama, que nos tira do tédio do cotidiano. Para o homem de outrora, ao contrário, a vida era a continuidade inevitável, cíclica, às vezes humorística ou melancólica das idades, uma continuidade inscrita na or-

<sup>14</sup>J. Morawski, *op. cit.*

<sup>15</sup>Representado nos calendários sob a forma de *Janus bifrons*.

\*Vedes aqui o mês de janeiro, / O primeiro de todos, que tem duas faces, / Porque está voltado para dois tempos: o passado e o porvir. / Assim também a criança que viveu apenas / Seis anos não vale quase nada, / Pois quase não possui saber. / Mas deve-se cuidar / Para que ela se alimente bem, / Pois quem tem um bom começo, / No final terá um bom fim... / No mês de outubro, que vem depois, / O homem deve semear o bom trigo, / Do qual viverão todos os outros; / Assim deve fazer o homem valoroso / Que chegou aos 60 anos: / deve semear para os jovens / Boas palavras como exemplo, / E dar esmolos — ao menos, assim me parece. (N. T.)

<sup>16</sup>*Regimen sanitatis, schola salermitania*, ed. por Arnaud de Villeneuve.

<sup>17</sup>C. V. Langlois, *La Vie en France au Moyen Age*, 1908, p. 184.

<sup>18</sup>1568.



dem geral e abstrata das coisas, mais do que na experiência real, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas essas idades naquelas épocas de grande mortalidade.

A popularidade das "idades da vida" tornou este tema um dos mais frequentes da iconografia profana. Encontramo-las, por exemplo, em alguns capitéis historiados do século XII no batistério de Parma.<sup>19</sup> O escultor quis representar ao mesmo tempo a parábola do mestre da vinha e dos trabalhadores da décima primeira hora, e o símbolo das idades da vida. Na primeira cena, vemos o mestre da vinha com a mão pousada sobre a cabeça de uma criança: embaixo, uma legenda precisa a alegoria da criança: *prima aetas saeculi: primum humane: infância*. Mais adiante: *hora tertia: puericia secunda aetas* — o mestre da vinha tem a mão pousada sobre o ombro de um rapaz que segura um animal e uma foice. O último trabalhador descansa ao lado de seu enxadão: *senectus, sexta aetas*.

Mas foi sobretudo no século XIV que essa iconografia fixou seus traços essenciais, que permaneceram quase inalterados até o século XVIII; reconhecemo-los tanto nos capitéis do palácio dos Doges<sup>20</sup> como num afresco dos Eremitani de Pádua.<sup>21</sup> Primeiro, a idade dos brinquedos: as crianças brincam com um cavalo de pau, uma boneca, um pequeno moirinho ou pássaros amarrados. Depois, a idade da escola: os meninos aprendem a ler ou seguram um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar. Em seguida, as idades do amor ou dos esportes da corte e da cavalaria: festas, passeios de rapazes e moças, corte de amor, as bodas ou a caçada do mês de maio dos calendários. Em seguida, as idades da guerra e da cavalaria: um homem armado. Finalmente, as idades sedentárias, dos homens da lei, da ciência ou do estudo: o velho sábio barbudo vestido segundo a moda antiga, diante de sua escrivaninha, perto da lareira. As idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais; sabemos que havia homens da lei muito jovens, mas, consoante a imagem popular, o estudo era uma ocupação dos velhos.

Esses atributos da arte do século XIV seriam encontrados, quase idênticos, em gravuras de natureza mais popular, mais familiar, que subsistiram do século XVI até o início do XIX, com pouquíssimas mudanças. Essas gravuras eram chamadas *Degraus das idades*, pois retratavam pessoas que representavam as idades justapostas do nascimento até a morte, muitas vezes de pé, sobre degraus que subiam à esquerda e desciam à direita. No centro dessa escadaria dupla, como que sob o arco de uma ponte, erguia-se o esqueleto da morte, armado com sua foice. Aí, o tema das idades se imbricava com o tema da morte, e sem dúvida não era por acaso que esses temas figuravam entre os mais populares: as estampas representando os degraus das idades e as danças macabras repetiram até o início do século XIX uma iconografia fixada nos séculos XIV e XV. Mas, ao contrário das danças macabras, em que os trajes não mudaram e permaneceram os mesmos dos séculos XV e XVI, mesmo quando a gravura datava do século XIX, os degraus das idades vestiam suas personagens segundo a moda da época; nas últimas gravuras do século XIX, vemos surgir o traje de primeira comunhão. A persistência dos atributos por isso mesmo é ainda mais notável: lá

<sup>19</sup>Didron, "La Vie humaine", *Annales archéologiques*, XV, p. 413.

<sup>20</sup>Didron, *Annales archéologiques*, XVII, pp. 69 e 193.

<sup>21</sup>A. Venturi, "La Fonte di una composizione del guariento", *Arte*, 1914, XVII, p. 49.

estão a criança montada em seu cavalo de pau, o estudante com seu livro e seu estojo, o belo par (às vezes o rapaz segura um arbusto de maio, evocação das festas da adolescência e da primavera), e o homem de armas, agora um oficial cingido com a echarpe do comando, ou carregando um estandarte; na escada descendente, as roupas não estão mais na moda, ou pertencem a uma moda antiga; vemos os homens da lei com suas pastas de processos, os cientistas com seus livros ou seus astrolábios, e os devotos — os mais curiosos — com seus rosários.<sup>22</sup>

A repetição dessas imagens, pregadas nas paredes ao lado dos calendários, entre os objetos familiares, alimentava a ideia de uma vida dividida em etapas bem delimitadas, correspondendo a modos de atividade, a tipos físicos, a funções e a modas no vestir. A periodização da vida tinha a mesma fixidez que o ciclo da natureza ou a organização da sociedade. Apesar da evocação reiterada do envelhecimento e da morte, as idades da vida permaneceram croquis pitorescos e bem-comportados, silhuetas de caráter um tanto humorístico.

Da especulação antigo-medieval restara uma abundante terminologia das idades. No século XVI, quando se decidiu traduzir essa terminologia para o francês, ficou patente que esta língua, e portanto os costumes franceses, não dispunham de tantas palavras como o latim, ou ao menos como o latim clássico. O tradutor de 1556 do *Le Grand Propriétaire de toutes choses* reconhece sem rodeios essa dificuldade: “Há maior dificuldade em francês do que em latim, pois em latim existem sete idades nomeadas por sete nomes diversos [tantas quanto os planetas], dos quais existem apenas três em francês: a saber, *enfance, jeunesse e vieillesse*.”

Observamos que, como juventude significava força da idade, “idade média”, não havia lugar para a adolescência. Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância. No latim dos colégios, empregava-se indiferentemente a palavra *puer* e a palavra *adolescens*. Existem, conservados na Bibliothèque Nationale,<sup>23</sup> alguns catálogos do colégio dos jesuítas de Caen, uma lista dos nomes dos alunos, seguidos de apreciações. Um rapaz de 15 anos é descrito aí como *bonus puer*, enquanto seu jovem colega de 13 anos é chamado de *optimus adolescens*. Baillet,<sup>24</sup> num livro consagrado às crianças-prodígio, reconheceu também que não existiam termos em francês para distinguir *pueri* e *adolescentes*. Conhecia-se apenas a palavra *enfant* (criança).

No final da Idade Média, o sentido desta palavra era particularmente lato. Ela designava tanto o *putto* (no século XIV dizia-se *la chambre aux enfants* para indicar o quarto dos *putti*, o quarto ornado com afrescos representando criancinhas nuas), como o adolescente, o menino grande, que às vezes era também um menino mal-educado. A palavra *enfant*, nos *Miracles Notre-Dame*,<sup>25</sup> era empregada nos séculos XIV e XV como sinônimo de outras palavras tais como *valets, valeton, garçon, fils, beau fils*: “ele era *valeton*” corresponderia ao francês atual “ele era um *beau gars* (um belo rapaz)”, mas na época o termo se aplicava tanto

<sup>22</sup>Este tema não era apenas popular. É encontrado, sob outras formas, na pintura e na escultura, como em Ticiano e Van Dyck ou no frontão de Versalhes de Luís XIV.

<sup>23</sup>Bibliothèque Nationale, Manuscritos, Fonds latin n<sup>os</sup> 10990 e 10991.

<sup>24</sup>Baillet, *Les Enfants devenus célèbres par leurs études*, 1688.

<sup>25</sup>*Miracles Notre-Dame*, Westminster, ed. G. F. Warner, 1885; Jubinal, *Nouveau Recueil de contes*, tomo I, pp. 31-33, 42 a 72; tomo II, p. 244 e pp. 356-357.

a um rapaz — “um belo *valeton*” — como a uma criança — “ele era um *valeton*, e gostavam muito dele... o *valez* cresceu!” Uma única palavra conservou até hoje na língua francesa essa antiga ambiguidade: a palavra *gars* (menino, rapaz ou homem), que passou diretamente do francês antigo para a língua popular moderna, onde foi conservada. Era uma criança estranha esse mau menino, “tão desleal e tão perverso, que não queria aprender um ofício nem se comportar como convinha à infância... que de bom grado se acompanhava de glútes e de gentes ociosas, que frequentemente provocavam rixas nas tabernas e nos bordéis, e jamais encontravam uma mulher sozinha sem a violar”, Eis outra criança de 15 anos: “Embora fosse um menino bom e gracioso”, recusava-se a montar a cavalo e a se dar com meninas. Seu pai pensava que era por timidez: “É o costume das crianças.” Na realidade, o menino estava prometido à Virgem. Seu pai quis obrigá-lo a se casar: “Então a criança ficou muito zangada e bateu-lhe com força.” Tentou fugir mas feriu-se mortalmente ao cair da escada. Nesse momento a Virgem veio buscá-lo e disse-lhe: “Belo irmão, vede aqui vossa amiga” — “Então a criança exalou um suspiro.”

Segundo um calendário das idades do século XVI,<sup>26</sup> aos 24 anos “é a criança forte e virtuosa”, e “Assim acontece com as crianças quando elas têm 18 anos”.

O mesmo emprego pode ser constatado no século XVII: uma pesquisa episcopal de 1667 relata que, numa paróquia,<sup>27</sup> “há *un jeune enfant* (uma jovem criança) de cerca de 14 anos de idade, que ensina a ler e a escrever às crianças dos dois sexos há cerca de um ano, desde que habita no dito lugar, por acordo com os habitantes do dito lugar”.

Durante o século XVII, houve uma evolução: o antigo costume se conservou nas classes sociais mais dependentes, enquanto um novo hábito surgiu entre a burguesia, onde a palavra infância se restringiu a seu sentido moderno. A longa duração da infância, tal como aparecia na língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade. A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência: as palavras *filis*, *valets* e *garçons* eram também palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência. Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos graus mais baixos da dependência. Essa é a razão pela qual as palavras ligadas à infância iriam subsistir para designar familiarmente, na língua falada, os homens de baixa condição, cuja submissão aos outros continuava a ser total: por exemplo, os lacaios, os auxiliares e os soldados. Um “*petit garçon*” (menino pequeno) não era necessariamente uma criança, e sim um jovem servidor (da mesma forma hoje, um patrão ou um contramestre dirão de um operário de 20 a 25 anos: “É um bom menino”, ou “esse menino não vale nada”).

Assim, em 1549, o diretor de um colégio, de um estabelecimento de educação, chamado Baduel, escrevia ao pai de um de seus jovens alunos, a propósito de seu enxoval e de seu séquito: “No que concerne ao seu serviço pessoal, basta um *petit garçon*.”<sup>28</sup>

<sup>26</sup>Citado na nota 13 deste capítulo.

<sup>27</sup>A. de Charmasse, *Etat de l'instruction publique dans l'ancien diocèse d'Autun*, 1878.

<sup>28</sup>J. Gaufres, “Claude Baduel et la Réforme des études au XVI<sup>e</sup> siècle”, *Bull. Soc. H. du protestantisme français*, 1880, XXV, pp. 499-505.

No início do século XVIII, o dicionário de Furetière precisou o uso do termo: “*Enfant*” é também um termo de amizade utilizado para saudar ou agradar alguém ou levá-lo a fazer alguma coisa. Quando se diz a uma pessoa de idade: “adeus, *bonne mère*” (boa mãe) (até logo, *grand-mère* (avozinha), na língua da Paris moderna), ela responde “adeus, *mon enfant*” (ou adeus, *mon gars*, ou adeus, *petit*). Ou então ela dirá a um laçao: “*mon enfant*, vá me buscar aquilo.” Um mestre dirá aos trabalhadores, mandando-os trabalhar: “vamos, *enfants*, trabalhem.” Um capitão dirá a seus soldados: “coragem, *enfants*, aguentem firme.” Os soldados da primeira fila, que estavam mais expostos ao perigo, eram chamados de “*enfants perdus*” (crianças perdidas).

Na mesma época, mas nas famílias nobres em que a dependência não era senão uma consequência da invalidez física, o vocabulário da infância tendia quase sempre a designar a primeira idade. No século XVII, seu emprego tornou-se mais frequente: a expressão “*petit enfant*” (criança pequena ou criancinha) começou a adquirir o sentido que lhe atribuímos. O uso antigo preferia “*jeune enfant*” (jovem criança), e esta expressão não foi completamente abandonada. La Fontaine a empregava, e, em 1714, numa tradução de Erasmo, havia uma referência a uma “*jeune fille*” (jovem menina; hoje em dia *jeune fille* designa uma moça) que ainda não tinha cinco anos: “Tenho uma *jeune fille* que mal começou a falar.”<sup>29</sup> A palavra *petit* (pequeno) havia adquirido também um sentido especial no fim do século XVI: designava todos os alunos das “pequenas escolas”, mesmo aqueles que não eram mais crianças. Na Inglaterra, a palavra *petty* tinha o mesmo sentido que em francês, e um texto de 1627 mencionava a escola dos “*lyttle petties*”, ou seja, dos menores alunos.<sup>30</sup>

Foi sobretudo com Port-Royal e com toda a literatura moral e pedagógica que aí se inspirou (ou que, de modo mais geral, exprimiu uma necessidade de ordem moral difundida por toda a parte, e da qual Port-Royal era também um testemunho), que os termos utilizados para designar a infância se tornaram numerosos e sobretudo modernos: os alunos de Jacqueline Pascal<sup>31</sup> eram divididos em *petits*, *moyens* e *grands* (pequenos, médios e grandes). “Quanto às crianças pequenas”, escreve Jacqueline Pascal, “é preciso ainda mais que às outras ensiná-las e alimentá-las, se possível como pequenos pombos”. O regulamento das pequenas escolas de Port-Royal<sup>32</sup> prescrevia: “Eles não vão à Missa todos os dias, somente os pequenos.” Falava-se, de uma forma nova, em “pequenas almas”, em “pequenos anjos”.<sup>33</sup> Essas expressões anunciavam o sentimento do século XVIII e do romantismo. Em seus contos, M<sup>lle</sup> Lhéritier<sup>34</sup> pretendia se dirigir aos “jovens espíritos”, às “jovens pessoas”: “Essas imagens seguramente levam os jovens a reflexões que aperfeiçoam sua razão.” Percebe-se então que esse século XVII, que parecia ter desdenhado a infância, ao contrário, introduziu o uso de expressões e de locuções que permanecem até hoje na língua francesa. Junto à palavra *enfant* e seu dicionário, Furetière citava provérbios que ainda nos são fami-

<sup>29</sup>Erasmo, *Le Mariage chrétien*, trad. de 1714.

<sup>30</sup>J. Brinsley, *Ludus Litterarius*, ed. de 1917.

<sup>31</sup>Jacqueline Pascal, *Règlement pour les enfants* (Apêndice das Constituições de Port-Royal, 1721).

<sup>32</sup>Regulamento do Colégio de Chesnay, in W. de Beaupuis, *Suite des amis de Port-Royal*, 1751, vol. I, p. 175.

<sup>33</sup>Jacqueline Pascal, ver nota 31 acima.

<sup>34</sup>M. E. Storer, *La mode des contes de fées*, 1928.

liares: “É um *enfant gâté* (criança mimada) aquela a quem se deixou viver de um modo libertino, sem corrigi-la. *Il n’y a plus d’enfant* equivale a dizer que alguém começa a ter juízo e malícia cedo.” “Inocente como a criança que acabou de nascer.” Vocês não achavam que essas expressões não remontavam além do século XIX?

Contudo, em seus esforços para falar das crianças pequenas, a língua do século XVII foi prejudicada pela ausência de palavras que as distinguissem das maiores. O mesmo, aliás, acontecia com o inglês, em que a palavra *baby* se aplicava também às crianças grandes. A gramática latina em inglês de Lily<sup>35</sup> (que foi utilizada do início do século XVI até 1866) dirigia-se a *al lyttell babes, all lyttell chyldren*.

Por outro lado, havia em francês expressões que pareciam designar as crianças bem pequeninas. Uma delas era a palavra *poupart*. Um dos *Miracles Notre-Dame* tinha como personagem um “*petit fils*” que queria dar de comer a uma imagem do Menino Jesus. “O bom Jesus, vendo a insistência e a boa vontade da criancinha, falou com ela e disse-lhe: ‘*Poupart*, não chores mais, pois comerás comigo dentro de três dias.’” Mas esse *poupart* na realidade não era um “bebê”, como diríamos hoje: também era chamado de *clergeon*<sup>36</sup> (pequeno clérigo), usava sobrepeliz e ajudava à missa: “Aqui havia crianças de pouca idade que sabiam um pouco as letras, e que prefeririam mamar no seio de sua mãe a ter de ajudar à missa.” Na língua dos séculos XVII e XVIII, a palavra *poupart* não designava mais uma criança, e sim, sob a forma *poupon*, o que hoje os franceses ainda chamam pelo mesmo nome, porém no feminino: uma *poupée*, ou seja, uma boneca.

O francês seria portanto levado a tomar emprestadas de outras línguas — línguas estrangeiras ou gírias usadas na escola ou nas diferentes profissões — palavras que designassem essa criança pequena pela qual começava a surgir um novo interesse: foi o caso do italiano *bambino*, que daria origem ao francês *bambin*. M<sup>me</sup> de Sévigné empregava também no mesmo sentido o provençal *pitchoun*, que ela certamente aprendera em uma de suas estadas na casa dos Grignans.<sup>37</sup> Seu primo De Coulanges, que não gostava de crianças, mas que falava muito delas,<sup>38</sup> desconfiava dos “*marmousets* de três anos”, uma palavra antiga que evoluiria para *marmots* na língua popular, “moleques de queixo engordurado que enfiam o dedo em todos os pratos”. Empregavam-se também termos de gíria dos colégios latinos ou das academias esportivas e militares: “um pequeno *frater*”, um “*cadet*”, e, quando eram numerosos, “*populo*”<sup>39</sup> ou “*petit peuple*”. Enfim, o uso dos diminutivos tornou-se frequente: encontramos *fan fan* nas cartas de M<sup>me</sup> de Sévigné e de Fénelon.

Com o tempo, essas palavras se deslocariam e passariam a designar a criança pequena, mas já esperta. Restaria sempre uma lacuna para designar a criança durante seus primeiros meses; essa insuficiência não seria sanada antes do século XIX, quando o francês tomou emprestada do inglês a palavra *baby*, que, nos séculos XVI e XVII, designava as crianças em

<sup>35</sup> *I pray you, all lyttell babes, all lyttell chyldren, lern...*

<sup>36</sup> *Miracles Notre-Dame, op. cit.*

<sup>37</sup> “Sois injustos comigo ao crer que gosto mais da *petite* do que do *pitchoun*.” M<sup>me</sup> de Sévigné, *Lettres*, 12 de junho de 1675; ver também 5 de outubro de 1673.

<sup>38</sup> Coulanges, *Chansons choisies*, 1694.

<sup>39</sup> Claudine Bouzonnet-Stella, *Jeux de l'enfance*, 1657.

idade escolar. Foi esta a última etapa dessa história: daí em diante, com o francês *bébé*, a criança bem pequenina recebeu um nome.

Embora um vocabulário da primeira infância tivesse surgido e se ampliado, subsistia a ambiguidade entre a infância e a adolescência, de um lado, e aquela categoria a que se dava o nome de juventude, do outro. Não se possuía a ideia do que hoje chamamos de adolescência, e essa ideia demoraria a se formar. Já a pressentimos no século XVIII, com duas personagens, uma literária, Querubim, e a outra social, o conscrito. Em Querubim prevalecia a ambiguidade da puberdade, e a ênfase recaía sobre o lado efeminado de um menino que deixava a infância. Isso não era propriamente uma novidade: como se entrava muito cedo na vida social, os traços cheios e redondos da primeira adolescência, em torno da puberdade, davam aos meninos uma aparência feminina. É isso o que explica a facilidade dos disfarces dos homens em mulheres ou vice-versa, comuns nos romances barrocos do início do século XVII: dois rapazes ou duas moças se tornam amigos, mas um deles é uma moça travestida etc. Por mais crédulos que sejam os leitores de romances de aventuras de todas as épocas, o mínimo de verossimilhança exige que tenha existido alguma semelhança entre o menino ainda imberbe e a menina. Contudo essa semelhança não era apresentada então como uma característica da adolescência, uma característica da idade. Esses homens sem barba de traços suaves não eram adolescentes, pois já agiam como homens feitos, comandando e combatendo. Em Querubim, ao contrário, o aspecto feminino estava ligado à transição da criança para o adulto: traduzia um estado durante um certo tempo, o tempo do amor nascente.

Querubim não teria sucessores. Ao contrário, seria a força viril que, no caso dos meninos, exprimiria a adolescência, e o adolescente seria prefigurado no século XVIII pelo conscrito. Examinemos o texto de um cartaz de recrutamento que data do final do século XVIII.<sup>40</sup> O cartaz se dirigia à “brilhante juventude”: “Os jovens que quiserem partilhar da reputação que este belo corpo adquiriu poderão dirigir-se a M. D’Ambrun... Eles (os recrutadores) recompensarão aqueles que lhes trouxerem belos homens.”

O primeiro adolescente moderno típico foi o *Siegfried* de Wagner: a música de *Siegfried* pela primeira vez exprimiu a mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver que faria do adolescente o herói do nosso século XX, o século da adolescência. Esse fenômeno, surgido na Alemanha wagneriana, penetraria mais tarde na França, em torno dos anos 1900. A “juventude”, que então era a adolescência, iria tornar-se um tema literário, e uma preocupação dos moralistas e dos políticos. Começou-se a desejar saber seriamente o que pensava a juventude, e surgiram pesquisas sobre ela, como as de Massis ou de Henriot. A juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada. Havia-se experimentado um sentimento semelhante no período romântico, mas sem uma referência tão precisa a uma classe de idade. Sobretudo, esse sentimento romântico se limitava à literatura e àqueles que a liam. Ao contrário, a consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral

<sup>40</sup>Cartaz de recrutamento para o regimento do Royal Piemont em Nevers, 1789. Exposição “L’Affiche”, Bibliothèque Nationale, 1953, nº 25.

e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalha se opuseram em massa às velhas gerações da retaguarda. A consciência da juventude começou como um sentimento comum dos ex-combatentes, e esse sentimento podia ser encontrado em todos os países beligerantes, até mesmo na América de Dos Passos. Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente. Daí em diante, o casamento, que não era mais um “estabelecimento”, não mais a interromperia: o adolescente-casado é um dos tipos mais específicos de nossa época: ele lhe propõe seus valores, seus apetites e seus costumes. Assim, passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo.

Essa evolução foi acompanhada por uma evolução paralela, porém inversa, da velhice. Sabemos que a velhice começava cedo na sociedade antiga. Os exemplos são conhecidos, a começar pelos velhos de Molière, que aos nossos olhos parecem jovens ainda. Nem sempre, aliás, a iconografia da velhice a representa sob os traços de um indivíduo decrépito: a velhice começa com a queda dos cabelos e o uso da barba, e um belo ancião aparece às vezes como um homem calvo. É o caso do ancião no concerto de Ticiano, que é também uma representação das idades da vida. Em geral, porém, antes do século XVIII, o ancião era considerado ridículo. Uma personagem de Rotrou pretendia impor à sua filha um marido quinquagenário: “Ele tem apenas 50 anos; e, além disso, não tem nem um dente!”

*Il n'est dans la nature homme qui ne le juge  
Du siècle de Saturne ou du temps du Déluge;  
Des trois pieds dont il marche, il en a deux goutteux,  
Qui jusque à chaque pas, trébuchent de vieillesse  
Et qu'il faut retenir ou relever sans cesse.<sup>41\*</sup>*

Dez anos mais tarde, esse ancião se parecia com este sexagenário de Quinault:

*Courbé sur son bâton, le bon petit vieillard  
Tousse, crache, se mouche et fait le goguenard,  
Des contes du vieux temps, étourdit Isabelle.<sup>42\*\*</sup>*

A França antiga não respeitava a velhice: era a idade do recolhimento, dos livros, da devoção e da caduquice. A imagem do homem integral nos séculos XVI-XVII era a de um homem jovem: o oficial com a echarpe no topo dos degraus das idades. Ele não era um rapaz, embora hoje tivesse idade para ser considerado como tal. Correspondia a essa segunda categoria das idades, entre a infância e a velhice, que no século XVIII era chamada de juventude. Furetière, que ainda levava muito a sério os problemas arcaicos da periodização

<sup>41</sup>Rotrou, *La Soeur*.

\*“Não há na natureza quem não o considere / Pertencente ao século de Saturno ou ao tempo do Dilúvio; / Dos três pés com que ele anda, dois sofrem de gota. / A cada passo, cambaleiam de velhice, / E é preciso retê-los e erguê-los todo o tempo.” (N. T.)

<sup>42</sup>Quinault, *La Mère coquette*.

\*\*“Curvado sobre seu bastão, o bom velhinho / Tosse, escarra, se assoa e diz galhofas / E amola Isabelle com contos dos velhos tempos.” (N. T.)

da vida, elaborou uma noção intermediária de maturidade, mas reconheceu que essa noção não era usual, e confessou: “Os juristas consideram a juventude e a maturidade uma única idade.” O século XVII se reconhecia nessa juventude militar, assim como o século XX se reconhece em seus adolescentes.

Hoje, ao contrário, a velhice desapareceu, ao menos do francês falado, onde a expressão *un vieux*, “um velho”, subsiste com um sentido de gíria, pejorativo ou protetor. A evolução ocorreu em duas etapas; primeiro, houve o ancião respeitável, o ancestral de cabelos de prata, o Nestor de sábios e prudentes conselhos, o patriarca de experiência preciosa: o ancião de Greuze, Restif de la Bretonne e todo o século XIX. Ele não era ainda muito ágil, mas também não era mais tão decrepito como o ancião dos séculos XVI e XVII. Ainda hoje resta alguma coisa desse respeito pelo ancião em nossos costumes. Mas esse respeito, na realidade, não tem mais objeto, pois, em nossa época, e esta foi a segunda etapa, o ancião desapareceu. Foi substituído pelo “homem de uma certa idade”, e por “senhores ou senhoras muito bem conservados”. Noção ainda burguesa, mas que tende a se tornar popular. A ideia tecnológica de conservação substitui a ideia ao mesmo tempo biológica e moral da velhice.

Tem-se a impressão, portanto, de que, a cada época correspondiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX.

Essas variações de um século para o outro dependem das relações demográficas. São testemunhos da interpretação ingênua que a opinião faz em cada época da estrutura demográfica, mesmo quando nem sempre pode conhecê-la objetivamente. Assim, a ausência da adolescência ou o desprezo pela velhice, de um lado, ou, de outro, o desaparecimento da velhice, ao menos como degradação, e a introdução da adolescência, exprimem a reação da sociedade diante da duração da vida. O prolongamento da média de vida retirou do não ser anterior espaços da vida que os sábios do Império Bizantino e da Idade Média haviam nomeado, embora não existissem nos costumes. E a linguagem moderna tomou emprestados esses velhos vocábulos, originalmente apenas teóricos, para designar realidades novas: último avatar do tema que durante tanto tempo foi familiar e hoje está esquecido, o das “idades da vida”.

Nas páginas seguintes, examinaremos os signos da infância. Não deveremos esquecer o quanto essa representação da infância é relativa, diante da predileção reconhecida pela “juventude” no período que estudamos. Esse período não foi nem de crianças, nem de adolescentes, nem de velhos: foi um tempo de *homens jovens*.

*Esta ideia da juventude de 17*

*até  
séc  
XVIII*